

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8017591-81.2024.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

PACIENTE: RAFAEL MACHADO DOS SANTOS e outros

Advogado(s):

IMPETRADO: 1º JUÍZO DA 2º VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE  
SALVADOR

Advogado(s):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I e IV, DO CÓDIGO PENAL, COM PENA DEFINITIVA FIXADA EM 14 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA. ELEMENTOS JUSTIFICADORES. FUMUS COMMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS. PRESENÇA. NÃO LOCALIZAÇÃO DO ACUSADO. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM DENEGADA.

Ainda que versada como medida excepcional, presentes os pressupostos e fundamentos para a decretação da prisão preventiva, impõe-se à Autoridade Judicial assim proceder. Inteligência dos arts. 282, § 6º, e 311 a 314 do Código de Processo Penal.

Sob essas circunstâncias, valendo-se a decisão da prisão preventiva do reconhecimento em sentença da materialidade e da autoria delitivas, não há como se afastar a constatação do fumus commissi delicti ali identificado, o qual, ao revés, revela-se firmemente apurado, inclusive tendo em foco não ser o habeas corpus o meio adequado para rever a condenação do Réu.

Quanto aos fundamentos do recolhimento acautelatório, a decisão aqui transcrita aponta que, ao decretá-lo, a Autoridade Coatora considerou o comportamento processual do Paciente, demonstrada, pela expressa análise da dificuldade em realizar a sua intimação para os atos processuais, inclusive para comparecimento na sessão do júri, culminando em sua intimação por edital, o que ratifica a idoneidade da manutenção da prisão.

A decisão prolatada é fundamentada e contemporânea, acompanhando, inclusive, os acontecimentos dos fatos, motivo pelo qual, há de concluir pela integral adequação da prisão preventiva imposta à Paciente.

PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA PELO CONHECIMENTO E DENEGAÇÃO DA ORDEM.

HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO.

## ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS n.º 8017591-81.2024.8.05.0000, em que figura como Paciente RAFAEL MACHADO DOS SANTOS e como Autoridade Coatora o Juiz de Direito da 1º JUÍZO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE SALVADOR/BA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto condutor.

DES. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO  
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA

## DECISÃO PROCLAMADA

Denegado Por Unanimidade  
Salvador, 30 de Abril de 2024.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8017591-81.2024.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

PACIENTE: RAFAEL MACHADO DOS SANTOS e outros

Advogado(s):

IMPETRADO: 1º JUÍZO DA 2º VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE SALVADOR

Advogado(s):

## RELATÓRIO

Abriga-se no presente feito Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor de RAFAEL MACHADO DOS SANTOS, sob a alegação de que ilegalmente constrito em sua liberdade por ato emanado do Juiz de Direito do 1º Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Salvador/BA, apontado coator.

Do que se deflui da impetração, em sintética contração, o Paciente foi submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, sendo condenado a uma pena de 14 (quatorze) anos de reclusão.

Pontua que o Paciente respondia o processo em liberdade desde 07/08/2014, com o devido cumprimento das medidas cautelares a ele impostas.

Aduz que, da assentada do julgamento, ocorrida em 07/03/2024, o paciente teve sua prisão cautelar decretada, sob o argumento do risco à aplicação da lei penal, conforme estabelecido na primeira parte do art. 492, I, 'e', do Código de Processo Penal.

Alega o Impetrante que a prisão do Paciente carece de idônea fundamentação, tendo em vista a ausência de elementos concretos aptos a justificar a custódia cautelar, sendo o decreto baseado em argumentos genéricos e abstratos, não restando comprovado que o Paciente, uma vez posto em liberdade, constitua qualquer ameaça à garantia da ordem pública, instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Menciona, brevemente, que o decisum não guarda correlação de contemporaneidade com os fatos de que é acusado.

Esclarece, ainda, que a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores é

pela não aplicabilidade do art. 492, I, alínea 'e', do Código de Processo Penal.

Com lastro nessa narrativa, requereu, in limine, a expedição do contramandado de prisão em desfavor do Paciente, para que recorra em liberdade.

Almejando instruir o pleito, foram colacionados os documentos de Id 58941026 a 58941032.

O pedido de concessão de liminar, em sede de exame perfunctório e sob o prisma de excepcionalidade, foi indeferido, determinando-se o regular prosseguimento processual (ID 59171314).

A Autoridade Impetrada prestou informações (ID 59426610).

O Ministério Público, pela Procuradoria de Justiça Criminal, ofertou parecer nos fólios digitais, opinando pelo conhecimento e denegação da ordem (ID 59534940).

Retornando-me o feito à conclusão, não havendo diligências pendentes, nele lancei a presente sinopse, com vistas à sua apresentação a julgamento.

É o relatório.

Des. Abelardo Paulo da Matta Neto – 1ª Câmara Crime 2ª Turma  
Relator

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8017591-81.2024.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

PACIENTE: RAFAEL MACHADO DOS SANTOS e outros

Advogado(s):

IMPETRADO: 1º JUÍZO DA 2º VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE SALVADOR

Advogado(s):

VOTO

Ao exame do caderno processual, deflui-se cuidar-se de impetração voltada à concessão do direito de recorrer em liberdade.

No caso sob análise, foi deferido ao Acusado, quando da decisão de pronúncia, o direito de recorrer em liberdade sob a condição de não se "ausentar do distrito da culpa, sem prévia autorização judicial e se estiver em liberdade, deverá se apresentar mensalmente em Cartório, a todo último dia útil de cada mês, atualizando o seu endereço ." (Id 225074490 – Ação Penal nº 0371742-43.2013.8.05.0001 – PJE 1º Grau).

Entretanto, foi certificado pelo Oficial de Justiça, a impossibilidade de cumprir o Mandado de Intimação do Réu para comparecer à Sessão do Júri, pelo fato de se encontrar em lugar incerto e não sabido. (Id 425027422 – Ação Penal nº 0371742–43.2013.8.05.0001 – PJE 1º Grau),

O Réu foi intimado por edital (Id 432959215 - Ação Penal nº 0371742-43.2013.8.05.0001 - PJE 1º Grau).

Durante a sessão do Júri, foi atestada a ausência do Réu.

A constrição à liberdade do Paciente, sobre a qual se assenta o writ, deriva da negativa de recorrer em liberdade, com decretação da prisão preventiva, in litteris, nos seguintes termos:

"(...) Ao Réu, conforme elencado no artigo 312 do CPP. encontrando-se presentes os requisitos da prisão preventiva, não lhe é recomendável aguardar o recurso em liberdade, devendo recolher-se a prisão. O crime praticado e o comportamento processual que se utilizou, não o torna merecedor de aguardar o recurso em liberdade e nem a lei o protege tanto.

A sua prisão, depois de condenado, não é providência dispensável ou intempestiva, é extremamente necessária para garantir a aplicação da lei penal, frente o comprovado comportamento processual, sempre resistente, acintoso e desprezível com o ordenamento jurídico, apenas preocupado em permanecer em liberdade, zombando do senso de justiça como se imune fosse, enquanto isso, fica a população refém de bandidos e marginais. A situação está invertida: as pessoas de bem estão presas, reclusas dentro de suas residências, que, diga-se de passagem, há muito tempo já não é também um local muito seguro (arts. 311, 312. 387 e 492. inciso I, letra e).

Ora, presentes os requisitos da sua prisão cautelar, imperiosa é a sua captura para, assim, se poder conferir e aplicar a lei penal, e de um modo geral assinalar o prestígio do Judiciário e o essencial respeito à Sociedade, atendendo-se, também, expressamente o pleito do Ministério Público apresentado nesta Sessão (...)" - Id 58941032 - fls. 47/48.

O instituto da prisão preventiva encontra expressa previsão processual, ainda que pela via excludente, tendo cabimento em hipóteses específicas, nas quais evidenciado o perigo pelo estado de liberdade do agente, para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando

provada a existência do crime e apresentados suficientes indícios de sua respectiva autoria, em conjunto com a inviabilidade, em concreto, da adoção de medidas cautelares alternativas, relativamente a delitos cometidos dolosamente e apenados com privação de liberdade acima de 04 (quatro) anos, tudo nos exatos termos do que dispõem os artigos 282, § 6º, e 311 a 314 do Código de Processo Penal.

Na hipótese em testilha, o Paciente, como visto, teve negado o direito de recorrer em liberdade, com decretação da prisão, em sentença condenatória, pela prática do crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal), com pena definitiva fixada em 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime fechado, enquadrando-se a hipótese nas previsões do art. 313 3, I, do Código de Processo Penal l.

Insta salientar que a prisão do Paciente não decorreu da aplicação do art. 492, I, alínea 'e', do CPP, mas sim da regra disposta no art. 387, § 1º, do CPP.

Assim, a materialidade delitiva e a respectiva autoria, relativamente ao crime objeto da imputação, se encontram reconhecidas, tendo em foco a prolação da sentença condenatória, na qual, por expressa dicção do art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, se impõe, justamente, a decisão acerca da manutenção ou imposição do recolhimento preventivo. Confira-se: "Art. 387 - (...)

§ 1º O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta."

Sob essas circunstâncias, valendo-se a decisão da prisão preventiva do reconhecimento em sentença da materialidade e da autoria delitivas, não há como se afastar a constatação do *fumus commissi delicti* ali identificado, o qual, ao revés, revela-se firmemente apurado, inclusive tendo em foco não ser o *habeas corpus* o meio adequado para rever a condenação do Réu.

Portanto, revela-se firme a convicção acerca do *fumus commissi delicti*.

Por outro lado, quanto aos fundamentos do recolhimento acautelatório, a decisão aqui transcrita aponta que, ao decretá-lo, a Autoridade Coatora considerou o comportamento processual do Paciente, demonstrada, pela expressa análise da dificuldade em realizar a sua intimação para os atos processuais, inclusive para comparecimento na sessão do júri, culminando em sua intimação por edital, o que ratifica a idoneidade da manutenção da prisão.

Portanto, o comportamento do denunciado, permanecendo em local incerto e não sabido, justifica a medida constritiva fustigada.

Assim sendo, a decisão prolatada é fundamentada e contemporânea, acompanhando, inclusive, os acontecimentos dos fatos, motivo pelo qual, há de concluir pela integral adequação da prisão preventiva imposta à Paciente.

É esse o entendimento acerca do tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO" CPX ". PRISÃO PREVENTIVA. INTEGRANTE DE ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA À PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. (...)

4. Entende esta Corte que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, observada a necessidade de garantia da aplicação da lei penal. Precedentes.

5. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a

custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

6. Agravo regimental improvido.

(STJ – AgRg no HC n. 777.601/ES, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 10/5/2023.)

Logo, conclui-se pela integral adequação da prisão preventiva imposta ao Paciente, com consequente negativa do direito de recorrer em liberdade.

Considerando, assim, toda a plêiade de elementos aqui analisados, sopesados em cotejo com a realidade dos autos, torna-se forçosa a compreensão pela impossibilidade de ser caracterizado o constrangimento ilegal aventado na impetração, impondo-se a integral rejeição dos argumentos nela versados.

Por conseguinte, em alinhamento à compreensão externada pelos arestos aqui transcritos, igualmente adotados como fundamentação decisória, tem-se por ausente vício de ilegalidade na manutenção do decreto prisional, a impor a denegação do writ, nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e do art. 648 do Código de Processo Penal.

Ex positis, DENEGO A ORDEM.

É o voto.

Des. Abelardo Paulo da Matta Neto – 1ª Câmara Crime 2ª Turma  
Relator